

LIMA BARRETO E CAIO PRADO JUNIOR: OLHARES DA FICÇÃO E DA HISTÓRIA SOBRE A SOCIEDADE BRASILEIRA

Mirko da Silva Neto*

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar aspectos coincidentes entre as obras de Caio Prado Junior, *Formação do Brasil Contemporâneo*, e o *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto. O livro de Caio Prado Junior escrito em 1942 faz um retrospecto do Brasil Colonial, analisando questões econômicas, políticas e sociais que envolveram o país desde sua formação, atendendo-se ao caráter histórico deste artigo. Por outro lado, tem-se a percepção da obra ficcional de Lima Barreto, *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, escrito em 1911, alguns anos após a Proclamação da República. Com base nessas obras, uma de cunho literário, outra de cunho histórico, pretende-se indicar suas coincidências factuais. Tem-se por exemplo o ineficiente aparato judicial brasileiro retratado por Caio Prado como uma justiça cara e morosa; e a péssima prestação jurisdicional ficcionalizada por Lima Barreto. A excessiva burocracia da administração pública destacados por um e por outro, como também aspectos sociais de nosso povo. Sobreleva-se a questão moral do indivíduo, que em seu cerne pouco contribuiu para a formação de pátria livre e transcende-se no tempo.

Palavras-chave: Realidade; ficção; Lima Barreto; Caio Prado Junior; coincidências.

Resumen

En el presente artículo tiene por objeto analizar aspectos coincidentes entre las obras de Caio Prado Junior, *Formação do Brasil Contemporâneo*, y el *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto. El libro de Caio Prado Junior escrito en 1942 hace una retrospectiva de Brasil Colonial, analizando cuestiones económicas, políticas y sociales que han involucrado el país hacia de su formación, dado el carácter histórico de este artículo. Por otro lado, tenemos la percepción de la obra ficcional de Lima Barreto, *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, escrito en 1911, unos años después de la proclamación de la república. Con base en esas dos obras, una de naturaleza literaria, otra de la historia, tiene la intención de indicar sus coincidencias fácticas. Existe, por ejemplo, el ineficaz aparato judicial brasileño interpretado por Caio Prado como una justicia costoso y lenta; y la muy mala prestación adjudicación ficcionalizada por Lima Barreto. La burocracia excesiva de la administración pública destacadas por un y por otro, así como los aspectos sociales de nuestro pueblo. Destaca las cuestiones Morales de los individuos, que en su esencia contribuyó poco para la formación de una pátria libre y trasciende el tiempo.

Palabras-clave: Realidad; ficción; Lima Barreto; Caio Prado Junior; coincidencias.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo de verificar em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, romance mais conhecido do escritor brasileiro Lima Barreto, elementos que fundam, historicamente, a obra. Para tanto, tomamos como base de análise o estudo *Formação do Brasil Contemporâneo*, do historiador brasileiro Caio Prado Junior. Escritos em horizontes temporais distintos, os livros têm em comum uma visão crítica da sociedade brasileira, em que pese a um, o romance, ter caráter ficcional, e o outro, histórico.

Para que conhecer esses pontos coincidentes? A princípio, o que se pretende demonstrar é que as relações de poder, a cultura e a sociedade brasileira,

* É graduando do curso de Letras da UFRPE (Português e espanhol). Email: mirkodasilvaneto@gmail.com.

ao longo do tempo, não sofreram significativa mudança em seu cerne, o que poderia indicar os entraves do desenvolvimento do país e as possibilidades para uma reflexão sobre as proposições de uma nova sociedade. A má administração, a burocracia e a corrupção fomentam fatos historicamente lamentáveis e que perduram até os nossos dias.

O Brasil, desde o início de sua formação, enfrenta grandes desafios para o seu desenvolvimento. Iniciado por Portugal, foi, nas palavras de Caio Prado Junior (1979), uma terra essencialmente explorada. Ou seja, em primeiro momento, houve, pura e simplesmente, a vontade deliberada de esbulhar ao máximo toda a riqueza que se pudesse extrair. Além de Portugal, aportaram por estas terras: franceses, holandeses, ingleses, suecos e dinamarqueses, mas nenhum deles com *animus manendi*. Nas palavras do Historiador Paulista, o objetivo primordial das empresas europeias era essencialmente comercial, até porque lhes escasseavam efetivos para o povoamento, uma vez que o Território Europeu estava com um contingente populacional reduzido em decorrência de guerras e pestes.

Para a concreção de nossa investigação, realizamos as análises sob o enfoque de pesquisa bibliográfica, reunindo livros e artigos científicos publicados. De caráter qualitativo, o presente artigo pretende explorar a literatura sobre o tema, na tentativa de apontar caminhos relativamente seguros em relação ao problema proposto. Questões como as apontadas pelos autores destacados, a conceituação entre ficção e realidade e os relatos de viajantes serão a tônica de nossa perseguição.

No capítulo 2, traça-se um panorama entre os autores e suas obras destacadas. Afonso Henrique de Lima Barreto, escritor negro e pobre do subúrbio carioca, e Caio da Silva Prado Junior, político e historiador paulista se unem em pensamento para tentar apontar diretrizes para um país em eterna descrença.

No terceiro capítulo, abordaremos as questões relativas à distinção teórica sobre o texto ficcional e o texto histórico. Consideramos estudiosos como Antonio Candido (*Literatura e Sociedade*), o qual propõe caminhos para verificar os diversos níveis de correlação entre literatura e sociedade; Arturo Gouveia (*Teoria de Literatura*), que nos faz refletir sobre a dinâmica das interpretações teóricas, sobretudo, no que diz respeito à literatura como arte; Carlos Nejar (*História da Literatura Brasileira*), que ressalta a importância de Lima Barreto na nossa literatura;

e Edward Morgan Forster (*Aspectos do Romance*), que apresenta traços característicos do gênero narrativo — juntos fornecem o fundamento teórico necessário para o robustecimento de nossas elucubrações.

Em torno das constatações históricas e sociais, temos, no quarto capítulo, denominado pontos coincidentes, o verdadeiro arcabouço bibliográfico sobre o tema. Além de arvorar-se dos pontos coincidentes nas obras de Lima Barreto e Caio Prado Junior, traremos outros interessantes estudos que guardam semelhança com o nosso objeto. A tese de doutorado intitulada *Entre o pranto e a mofa, a pátria idolatrada em Triste Fim de Policarpo Quaresma, de Lima Barreto: sob a égide do arrivismo, a nação em seu rolar de Sísifo*, da professora Cinthia Cecato traz um elucidativo resgate da obra barretiana, sobretudo em seu aspecto político. A dissertação de mestrado *A Escravidão Compartilhada: os relatos de viajantes e os intérpretes da sociedade brasileira*, de Cristina Galvão faz um resgate de relatos de alguns viajantes pelo interior do Brasil-Colônia, sendo esses relatos matéria-prima na construção sedimentada das escritas de célebres escritores, dentre eles Caio Prado Junior.

Nas considerações derradeiras, fazemos uma análise pormenorizada dos dados obtidos com a pesquisa, sua complexidade e a possibilidade de prosseguir na busca de respostas aos problemas sugeridos e talvez longe de serem solucionados.

2. OS ESCRITORES E SUAS OBRAS DESTACADAS

2.1. Lima Barreto e o Triste Fim de Policarpo Quaresma

Afonso Henriques de Lima Barreto, carioca, nasceu no Rio de Janeiro no dia 13 de maio de 1881, sete anos antes da abolição da escravidão no Brasil, deflagrada com a promulgação da Lei Áurea, no dia 13 de maio de 1888. A mãe de Lima Barreto, Amália Augusta, morre aos 35 anos, quando ele tinha apenas seis anos. João Henriques, seu pai, passa a cuidar sozinho dos filhos menores. Além de Lima Barreto, mais três filhos: Carlindo, Evangelina e Eliézer. O pai de Afonso Henriques, João Henriques, era monarquista. Com a ascensão da república e a derrocada do regime anterior, passa a ser perseguido e pede exoneração do cargo que ocupava na Imprensa Nacional. Graças à ajuda de um amigo, consegue um cargo na colônia de alienados mentais da Ilha do Governador.

Em 1902, o pai de Lima Barreto é internado como louco. O autor do *Triste Fim* assume a função de chefe de família. Recebendo o pesado fardo de cuidar dos irmãos menores, a nova companheira de seu pai, juntamente com os filhos dela e um velho que morava com a família. Dessarte, abandona os estudos e passa a trabalhar como amanuense no Ministério da Guerra. Com as reformas promovidas na Cidade do Rio de Janeiro, então capital Federal, a família Lima Barreto se mudava constantemente, por sua condição os subúrbios cariocas era a única opção. Com o intento de transformar o Rio de Janeiro em uma nova metrópole foram promovidas profundas mudanças no cenário social e arquitetônico, conforme se pode depreender de Silva (2010, p. 37). “Era, portanto, necessário que as “picaretas regeneradoras” destruíssem, sem nenhum constrangimento o que a cidade guardava de seu passado, levando com ele o atraso, a vergonha e a sujeira.”

O serviço no Ministério da Guerra lhe era maçante. O que o arguto rapaz queria era se entregar à literatura. Um amigo do trabalho o convidou para participar de alguns encontros nos cafés da época, local frequentado por estudantes, jornalistas e políticos, e o ambientava numa atmosfera completamente diferente da que era vivenciada na repartição pública. Publicou no *Correio da Manhã*, importante jornal do Rio de então, várias reportagens sobre as escavações realizadas no Morro do Castelo. Mas o que ele queria mesmo era ser um romancista, e foi nessa época que começou a esboçar uma de suas principais obras: *Clara dos Anjos*. Suas criações sempre possuíam elementos de denúncia. Nessa obra, o autor denuncia os apuros a que eram submetidas as mulheres mulatas e pobres dos subúrbios cariocas, no que diz respeito a sedução por algum homem e depois abandonadas, como comumente acontece nas comunidades carentes.

Em 1906, Lima Barreto passa a colaborar com a revista *Fon-Fon* e no ano seguinte, juntamente com alguns amigos, funda a *Revista Floreal*, na qual pretendia abrir espaço para escritores militantes. Não demorou muito tempo, após o quarto número se encerrou a publicação da *Floreal* por falta de recursos.

Em 1909, é publicado o seu primeiro livro “Recordações do escrivão Isaías Caminha, após uma longa peregrinação. Lima Barreto pretendia denunciar a imprensa da época:

O livro esmiuçava os bastidores da chamada grande imprensa da época, bastidores que reproduziam, à sua maneira, todos os defeitos de uma

estrutura social mais ampla, impiedosa e forte, a sufocar a manifestação dos homens conscientes que divergiam dela (FARACO, 1997, p. 10).

Para Lima Barreto a imprensa da época era uma *longa manus* da estrutura de poder estabelecida, atendendo aos anseios dos poderosos e reprimindo a voz dos insurgentes. No entanto, o seu primeiro romance não obteve o sucesso pretendido, quer pela nova forma de escrever, quer pelo silêncio forçado ou proposital da época: “Poucos jornais notaram o aparecimento do romance. A maioria deles, se notou, não noticiou. Se quis noticiar não pôde.” (FARACO, 1997, p. 12).

No dia 11 de agosto de 1911, foi publicado pelo *Jornal do Comércio* o *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, considerada por muitos críticos como sua obra-prima (cf. DIAS, 1997). Mas o sucesso esperado não ocorreu de imediato; à época, pouca gente falou sobre o romance. Decepcionado com o desprestígio de sua escrita e envolto com problemas financeiros, entrega-se ao vício do álcool e é internado duas vezes em um manicômio.

O *Triste Fim de Policarpo Quaresma* é, verdadeiramente, a obra destacada do romancista Lima Barreto. Mesmo tendo um reconhecimento tardio, vários críticos domésticos e, mesmo, estrangeiros se debruçam sobre essa ficção para esmiuçá-la como a quem investiga um cadáver (cf. OAKLEY, 1997). Mas, sempre há algo novo a ser extraído do romance destacado. Diferentemente do que ocorrera com *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, cuja temática abordada desagradou os “intelectuais” do momento, pois tanto o livro quanto o escritor foram relegados ao ostracismo. Das poucas linhas que se escreveu, pode-se destacar a crítica de José Veríssimo sobre o tema:

[...] na obra de arte deve haver representação, síntese, idealização, mesmo dentro do objetivo realista, não uma cópia nem um depósito de amarguras pessoais. (VERÍSSIMO *apud* DIAS, 1997, p. 5)

Uma das principais características de Lima Barreto era que os seus componentes criativos se baseavam, comumente, no contexto histórico-social imediato, quer presenciado, quer vivenciado pelo autor, durante o conturbado começo de nossa República. Assim não foi diferente com o *Triste Fim*, cujo enredo girava em torno dos fatos históricos relativos ao período do presidente Floriano Peixoto (1891-1894). Defendendo a sua tese de doutorado, a professora Cinthia Mara Cecato da Silva, esclarece a questão afirmando que:

Sem perder de vista as especificidades do texto literário, porquanto, na qualidade de ficcionista e não de historiador, o escritor apenas fez dos fatos históricos seu objeto literário. Cabe observar, ainda, que o próprio enredo de suas narrativas ladeia fatos presentes no âmbito social e econômico, não sendo equívoco afirmar que toda sua produção empreendeu uma crítica do passado e anteviu o futuro, [...] (SILVA, 2010. p. 35)

Apesar de possuir em seu cerne composicional os fatos e pessoas da história, o precursor do Modernismo soube como ninguém superar as críticas e driblar o seu âmago ressentido dos tempos do *Isaías Caminha* e deu um salto para a glória literária com o lançamento do livro *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, mesmo que extemporâneo, muito bem aceito pela crítica. Em termos de representação da realidade, muito bem tratada na obra de Lima Barreto, a professora Carmen Lydia de Souza Dias, destaca:

A representação deste real cheio de vícios gritantes na distribuição do Poder e da Riqueza recairá sobre a infra-estrutura burocrática, civil e militar, correlacionada ao caráter agroexportador e dependente do país, acentuado no início do século XIX. (DIAS, 1997, p. 6).

Nas entrelinhas da obra, Lima Barreto sobreleva o nacionalismo, mas o nacionalismo perseguido por Quaresma era desinteressado; quer dizer, tinha um caráter mais humanizado, globalizante, que não defendia o seu interesse pessoal. Diferentemente do que ocorria com a maioria dos seus compatriotas.

Em sua estruturação interna, o *Triste Fim de Policarpo Quaresma* é dividido em três partes e sob três enfoques:

a. No campo da cultura, tentava-se alterar a língua portuguesa para o tupi-guarani:

Policarpo Quaresma, cidadão brasileiro, funcionário público [...] vem pedir que o Congresso Nacional decrete o tupi-guarani, como língua oficial e nacional do povo brasileiro. O suplicante, deixando de parte os argumentos históricos que militam em favor de sua idéia, pede vênias para lembrar que a língua é a mais alta manifestação da inteligência de um povo, é a sua criação mais viva e original; e, portanto, a emancipação política do país requer como complemento e conseqüência a sua emancipação idiomática. [...] Seguro de que a sabedoria dos legisladores saberá encontrar meios para realizar semelhante medida e cômico de que a Câmara e o Senado pesarão o seu alcance e utilidade [...] (BARRETO, 1997, p. 52-53)

b. Na agricultura, tem-se o seu fortalecimento como base para o desenvolvimento da pátria:

E era agora que ele chegava a essa conclusão, depois de ter sofrido a miséria da cidade e o emasculamento da repartição pública, durante tanto tempo! Chegara tarde, mas não a ponto de que não pudesse antes da

morte travar conhecimento com a doce vida campestre e a feracidade das terras brasileiras. Então pensou que foram vãos aqueles seus desejos de reformas capitais nas instituições e costumes: o que era principal à grandeza da pátria estremecida, era uma forte base agrícola, um culto pelo seu solo ubérrimo, para alicerçar fortemente todos os outros destinos que tinha de preencher. (BARRETO, 1997, p. 76).

c. Mudança política: as famigeradas reformas:

— Vê Vossa Excelência como é fácil erguer este país. Desde que se cortem todos aqueles empecilhos que eu aponte, no memorial que Vossa Excelência teve a bondade de ler; desde que se corrijam os erros de uma legislação defeituosa e inadaptável às condições do país, Vossa Excelência verá que tudo isto muda, que, em vez de tributários, ficaremos com a nossa independência feita...Se Vossa Excelência quisesse... (BARRETO, 1997, p. 149-150)

No entanto, ao longo da narrativa, Quaresma percebe que todas as suas energias são vãs. Todo o seu empenho e o seu amor à pátria não passavam de um delírio tresloucado. Mas, para ele, já era tarde demais. Perdera sua mocidade em prol da pátria e agora estava perdendo sua vida por causa dela. Achou ineficaz todo o esforço pelo bem do Brasil. Seu objetivo era ter um país próspero e feliz para todos, mas alguns “patriotas” republicanos almejavam sua própria felicidade. As decepções com a pátria eram latentes. O trecho a seguir define bem sua visão de pátria de ontem e de hoje, em que não há o menor respeito para com as vidas humanas. O que há, na verdade, são grupos de oportunistas que se alinham e se distanciam conforme os interesses em jogo para se autopromoverem.

Desde dezoito anos que o tal patriotismo lhe absorvia a por ele fizera a tolice de estudar inutilidades. Que lhe importavam os rios? Eram grandes? Pois que fossem... Em que lhe contribuiria para a felicidade saber o nome dos heróis do Brasil? Em nada...O importante é que ele tivesse sido feliz. Foi? Não. Lembrou-se das suas coisas de tupi, do *folk-lore*, das suas tentativas agrícolas... Restava disso tudo em sua alma uma satisfação? Nenhuma! Nenhuma! (BARRETO, 1997, p. 175).

Com pequenos fragmentos da obra, vê-se que o autor faz uso de sua escrita para denunciar uma sociedade envolta de vícios e adversidades e que busca, por meio da ficção, a idealização de uma nação mais justa.

Em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, Lima Barreto se utiliza de seus personagens para denunciar os desmandos estatais. Revela-nos o lado perigoso dos poderosos e suas perseguições políticas. Neste contexto, vale recorrer à brilhante dissertação acerca do tema, elaborada por R. J. Oakley, tendo por

referência um requerimento encaminhado por Quaresma ao marechal Floriano Peixoto:

Não há dúvida de que Lima Barreto escreveu *Triste Fim de Policarpo Quaresma* com paixão e compromisso; mas nesse processo, depois de ter transformado seu protagonista em escritor apaixonado e engajado, à semelhança de seus primeiros romances, conduzi-lo em seguida para uma situação que demonstra como essa paixão e sinceridade comprometedoras o destroem, assim que o destinatário de sua mensagem é obrigado a levá-lo a sério. O narrador não nos deixa duvidar de que o marechal reparou nesse protesto de Policarpo, o qual devemos considerar como tendo tido um impacto maior devido à paixão com que foi escrito. (OAKLEY, 2011, p. 97).

Oakley também nos revela que Quaresma começara a perder de vista o encanto sobre seu país e sobre os seus mitos, declarando que seus antepassados foram vítimas desse mesmo processo desqualificador de pessoas:

Nossa última perspectiva sobre o major Quaresma encontra-o a chegar tristemente à conclusão de que não só o Brasil em nada mudara durante sua vida, mas também que a história deixara pouca ou nenhuma marca nesse seu país [...]. (OAKLEY, 2011, p. 113).

Em que pese aos diversos sistemas de governos implantados no Brasil (colônia, império e república), as mudanças não ocorrem de maneira significativa, de forma substancial e de caráter perene. Não há continuidade nos projetos. Cada governo que entra só quer elevar-se para se perpetuar no poder. Preferem a doença à cura.

2.2. Caio Prado Junior e a Formação do Brasil Contemporâneo

Caio da Silva Prado Junior nasceu na capital paulista, no dia 11 de fevereiro de 1907. Filho de Caio e Antonieta Silva Prado, era o terceiro entre quatro irmãos. De família abastada, começou seus estudos em casa, onde a condição lhe permitia ter professores à disposição. “A família Prado fazia parte da sociedade nobre paulistana, era possuidora de muitas riquezas e detinha um papel de destaque na economia local.” (SANTANA, 2020).

Estudou no Colégio São Luís e no Chelmesford Hall em Eastbom, na Inglaterra. No Brasil, bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Era um historiador prático. Não gostava de ser rotulado como tal por não se ater, ao que se espera desse profissional, a datas e personagens, mas aos fatos, esses sim lhe interessavam. A curiosidade social era o seu marco.

Por influência de seu avô e tios, desde a juventude se interessou por questões políticas partidárias. Não concordava com a política do café com leite implementada por Minas Gerais e São Paulo nos primeiros anos de República. Em 1926, passa a fazer parte do Partido Democrático, opositor do Partido Republicano Paulista.

Em 1931, entra para o Partido Comunista e participa da Intentona Comunista (cf. FERNANDES, 2021), ficando preso por dois anos por essa participação. O Estado não admite oposição. Diga-se da tirania doméstica citada, de maneira irônica, por Lima Barreto, se referindo às manobras de Floriano Peixoto e sua perseguição aos inimigos políticos. Sua atuação parlamentar era digna de encômios por seus pares. Dentre eles destacamos Florestan Fernandes, que lhe dirige elogios na sua forma proativa e militante no exercício do cargo de Deputado Constituinte do Estado de São Paulo.

Como deputado estadual, Caio era um homem que trabalhava de uma forma incrível. Acompanhando alguns dos trabalhos que ele fez na Assembléia Legislativa de São Paulo, fiquei admirado de constatar a dedicação com que ele se aferrava à pesquisa de fatos, para chegar à elaboração de lei. Era um deputado criativo, produtivo, invejável.” (FERNANDES apud SÃO PAULO, 2021.)

Em 1947, é eleito deputado constituinte. Mas, perde esse cargo dois anos depois em razão da decretação da ilegalidade do Partido Comunista. Passa a dedicar-se a escrita, fundando a Editora Brasiliense e a Gráfica Urupês, juntamente com Monteiro Lobato, dando voz a autores, cujos temas mantinham relação com a sua militância política, dentre eles Afonso Henriques de Lima Barreto:

A Brasiliense foi uma editora que deu forte ênfase às ciências sociais, particularmente voltadas para a interpretação dos problemas do Brasil. Além dessas obras, a editora lançou as obras completas dos escritores **Lima Barreto**, Maria José Dupré e Monteiro Lobato. (SÃO PAULO, 2021).

A proposta de Caio Prado era possibilitar que uma boa parte do povo brasileiro tivesse acesso a informações claras e precisas de nossa verdadeira história, para que de posse delas pudessem contornar as disparidades impostas pelas desigualdades sociais. Assim, propõe que:

Mostrar, num livro ao alcance de todo mundo, que também na nossa história os *heróis* e os *grandes feitos* não são heróis e grandes senão na medida em que acordam com os interesses das classes dirigentes, em cujo benefício se faz a história oficial. (PRADO JUNIOR apud SÃO PAULO, 2021)

Sobre o livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, o autor destaca que o século XIX, entre nós, foi marcado não só pela vinda da família real portuguesa para o Brasil, mas também o que seria o estopim de uma nova era para os brasileiros. Algo que iria mudar, sobremaneira, a vida social do país, nos seus diversos aspectos, sobretudo no social, político e econômico. Para o autor, a chegada da família real torna-se o divisor de águas da sociedade brasileira, é aí que se imiscuem trezentos anos de colonização com as novas rotinas e instituições que devem se formar para atender aos asseios da coroa.

Em sua estruturação interna, o livro é dividido sob três temas: “Povoamento”, subdivido em povoamento, povoamento interior, correntes do povoamento e raças; “Vida Material”, subdivido em Economia, Grande lavoura, Agricultura de subsistência, Mineração, Pecuária, Produções extrativistas, Artes e Indústria, Comércio, Vias de comunicação e transporte e “Vida Social”, dividida em organização social, administração, vida social e política, bibliografia e referências.

Sobre o povoamento, Caio Prado Junior nos revela que suas fontes são escassas. Não há, no âmbito de suas pesquisas acerca do povoamento, nenhuma informação robusta. Suas investigações foram baseadas nos documentos coletados pelo Conselheiro Veloso de Oliveira (cf. MELLO, 2021), — fontes na época da publicação do livro (1942). Os dados coletados não eram suficientemente confiáveis, uma vez que havia apenas duas partes interessadas nas informações demográficas: a igreja e a junta militar, aquela para não perder os seus fiéis de vista e esta para convocar homens para a guerra. Assim, os censos eram direcionados para determinados públicos, excluindo-se aí as crianças e as mulheres.

No aspecto povoamento, podemos destacar nossa formação miscigenada, integrada, em parte pelo europeu, em sua grande maioria representada pelos portugueses; pelos nativos que aqui já se encontravam e permanecem a duras penas e os escravos africanos, trazidos para o território para servir de mão de obra. Neste sentir o autor destaca:

Das três raças que entraram na constituição do Brasil duas pelo menos, os indígenas e africanos, trazem à baila problemas étnicos muito complexos. Se para os brancos ainda há uma certa homogeneidade, que no terreno puramente histórico pode ser dada como completa, o mesmo não ocorre com os demais [...] A mestiçagem, que é o signo sob o qual se forma a nação brasileira, e que constitui sem dúvida o seu traço característico mais profundo e notável, foi a verdadeira solução encontrada pela colonização portuguesa para o problema indígena. (PRADO JUNIOR, 1979, p. 85 e 98)

Do ponto de vista da *Vida Material*, o Político Paulista enfatiza que a produção agrícola era toda voltada para atender aos anseios da metrópole e de forma a devastar todo o território, como uma verdadeira pilhagem. Sendo vetada qualquer outra atividade, a qual deveria ser repelida violentamente. Nossa produção era extremamente “amadora”, não dispo de técnicas hábeis e explorando ao máximo os recursos naturais. Em decorrência dessa devastação muitos engenhos foram fechados por falta de lenha que foram escasseando sem reposição.

Além disso, o historiador paulista faz sérias críticas ao ressurgimento da escravidão na Era Moderna, contrapondo-se ao instituto utilizado em Roma e Grécia antigas, utilizadas pelos vencedores subjungando-se os vencidos. O que fica claro é que o ressurgimento do trabalho servil foi uma manobra puramente mercantil e econômica, nada tendo a ver com os escravos de outrora, nesse sentido aponta Prado Junior:

Em vez de brotar como a escravidão do mundo antigo, de todo o conjunto da vida social, material e moral, ela nada mais será que um recurso de oportunidade de que lançarão mão os países da Europa a fim de explorar comercialmente os vastos territórios e riquezas do Novo Mundo [...] pouco tempo depois do desaparecimento da servidão nas comunidades mais avançadas, surge o moderno sistema de escravidão colonial, que, em vez de ser o resultado espontâneo de necessidades sociais e de atender às necessidades temporárias de desenvolvimento humano, era tanto política quanto moralmente, aberração monstruosa. (PRADO JUNIOR, 1979, p. 270-271).

O autor também destaca que, no campo social, ainda havia muito a melhorar. Estávamos longe de uma evolução. O perfil social de uma relação de classes estava entranhado em nossas almas, tal como era na colônia. Alertava para uma disparidade não apenas material, mas moral. Os problemas do nosso desenvolvimento não são pontuais, mas derivam de relações históricas que requerem solução pertinentes, a fim de prosseguir com a trajetória de superações:

Os problemas brasileiros de hoje, os fundamentais, pode-se dizer que já estavam definidos e postos em equação há 150 anos atrás. E é da solução de muitos deles, para que nem sempre atentamos devidamente, que depende a de outros em que hoje nos esforçamos inutilmente”. (PRADO JUNIOR *apud* SÃO PAULO, 2021).

Diferentemente do que ocorreu na América temperada, cujo clima era próximo ao do europeu, a América tropical só era interessante para suprir a carência

de produtos agrícolas na Europa. Assim, em princípio, ninguém viria para a América tropical com a finalidade de povoamento, mas de empreender na agricultura e pecuária. Talvez os povos da América do Sul tenham, em suas raízes, a exploração econômica como forma de povoamento. Isso fica claro quando se verifica que nenhum lugar que teve igual sorte conseguiu se sobressair, em termos de desenvolvimento cultural e econômico, diga-se de passagem, todos os países que foram colônias europeias. O autor acrescenta ainda que o europeu que se dirige ao trópico só o faz, de livre e espontânea vontade, quando possui condições financeiras e técnicas para ser dirigente e que ainda possa contar com outras pessoas que trabalhem para ele.

[...] para cada proprietário (fazendeiro, senhor ou plantador), haveria muitos trabalhadores subordinados e sem propriedade. [...] A grande maioria dos colonos estava assim nos trópicos condenada a uma posição dependente e de baixo nível; ao trabalho em proveito de outros e unicamente para a subsistência própria de cada dia. [...] Nas demais colônias tropicais, inclusive o Brasil, não se chegou nem a ensaiar o trabalhador branco. Isto porque nem na Espanha, nem em Portugal, a que pertencia a maioria deles, havia, como na Inglaterra, braços disponíveis, e dispostos a emigrar a qualquer preço. [...] No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro **sentido** da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos. (PRADO JUNIOR, 1979, p. 29, 30 e 31)

Prado Junior e Lima Barreto se unem em um esforço, quase inofensivo, de denunciar as misérias do Brasil e suas causas. Um paulista abastado com boa educação e acesso a todos os meios materiais. O outro negro e pobre dos subúrbios cariocas que gritava mais ninguém o ouvia. O primeiro condenado a quatro anos de prisão, foi recolhido à Casa de Detenção Tiradentes, onde ficou preso até 1971. O segundo preso ao vício do álcool. Ficção e realidade colocando dois grandes gênios do Brasil na luta contra as injustiças sociais.

3. FICÇÃO E REALIDADE

A obra ficcional não é – e não deve ser – uma transposição fidedigna da realidade, pois, se assim acontecesse, perderia o seu caráter de obra de arte e tomaria forma de qualquer outro gênero de escrita. Por seu turno, os relatos históricos devem guardar relação biunívoca com os fatos historicamente relevantes. Entretanto, e não raro acontece, as obras literárias se apropriam de alguns aspectos

históricos, quer sociais, quer políticos ou econômicos, para dar-lhes outros contornos, trazendo em seu bojo reflexões múltiplas sob a ótica do artista. Candido (2006, p. 27) propõe que o artista não reflita a sua imagem na obra, mas absorva seu entorno, o modifique e o devolva para a sociedade. Nesse sentido, é plenamente possível e plausível a recomposição dos fatos históricos pelo artista, ainda que possa deformar a realidade; aliás a proposta é justamente essa: a deformação dos fatos e personagens históricos.

Independentemente de conceitos fechados, parece-nos óbvia a distinção entre ficção e realidade. No entanto, vale ressaltar, que conceitos enxutos e simplórios podem nos levar a uma interpretação equivocada dos seus efeitos. Para auxiliar-nos no desafio de apontar algumas características que possam diferenciar uma obra ficcional de um documentário, por exemplo, buscaremos apoio nas teorias de Candido (e outras fontes).

O *Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa* nos sugere quatro acepções sobre o termo ficção: 1. Ato de fingir ou o seu efeito; 2. produto da imaginação, 3. história inventada (em literatura, cinema etc.) 4. conto, novela ou romance construído a partir de elementos imaginários e/ou elementos da realidade inseridos num contexto imaginário; narrativa [...] (HOUAISS, 2004). Assim, pelos conceitos dispostos podemos inferir que uma obra ficcional guarda relação de pertinência com a imaginação, com a fantasia, trata e retrata algo que não está solidamente ligado à realidade. Na perspectiva de Gouveia (2011), “A literatura parte da realidade, mas não é realidade.”

Interessante é a lição do mesmo autor acerca dos limites e demarcações do texto ficcional, assim dispendo: “Entre o mundo externo e a literatura há um conjunto de mediações que transformam os conteúdos reais em conteúdos ficcionais, conferindo-lhes uma forma especial que não encontramos na vida prática.” (GOUVEIA, 2011, p. 13). No mesmo sentido, Candido destaca:

A arte, e portanto a literatura, é uma transposição do real para o ilusório por meio de uma estilização formal, que propõe um tipo arbitrário de ordem para as coisas, os seres, os sentimentos. Nela se combinam um elemento de vinculação à realidade natural ou social, e um elemento de manipulação técnica, indispensável à sua configuração, e implicando uma atitude de gratuidade. (CANDIDO, 2006, p. 62).

Assim, pode-se inferir que o artista ficcional age como um escultor da realidade. Ele usa dos meios necessários e disponíveis para amoldar a realidade à sua obra ficcional. Para Candido (2006) a obra ficcional não é uma mera representação do real, mas a necessidade de libertação de um mundo condicionado pelas regras sociais.

Mas, então, o que é a realidade? Para responder a esse questionamento, também nos socorremos de Antônio Houaiss, nos seguintes termos: “s.f. o que existe de verdade, o que é real.”. Para real, o dicionário propõe três acepções, no entanto, apenas uma delas nos interessa, trata-se, pois de: 1. Que tem existência palpável, concreta. 2. que existe de fato, de verdade [...] 3. fato verdadeiro [...].

Cabe aqui pontuar que, essa verdade dos fatos não é uma verdade absolutamente inquestionável. Ela deriva, muitas vezes, de institutos consagrados em seu tempo e em seu espaço. Durante muito tempo, os mitos eram tidos como verdades inquestionáveis. Contudo, com o transcorrer do tempo e habilidade científica humana, essas verdades foram, invariavelmente, relativizadas, onde cada história segue sua fórmula de dependência. Essa relativização fica muito evidente na exposição de Roger Chartier, conforme dispomos a seguir:

A história, qualquer que seja ela, mesmo a mais quantitativa, mesmo a mais estrutural, mesmo a mais conceitual, permanece sempre dependente das fórmulas que governam a produção de narrativas, seja de história, seja de ficção. (CHARTIER, 2011, p. 356).

Assim, é equivocado pensar que uma obra literária não se relacione – ou ao menos deva se relacionar — com o mundo dos fatos, o mundo prático. Ela tem muito mais a nos oferecer, em termos de conhecimento útil, do que um texto jornalístico, por exemplo, visto que esse apenas retrata um fato que se apresenta. Diferentemente com o que ocorre na especulação de um texto poético.

Na linha de distinção entre o real e o ficcional, trazemos à colação uma boa explanação acerca do tema. Forster, em seu livro Aspectos do Romance, sugere distinguir entre a estória e o enredo. Nesse sentido teremos:

“Definíamos”, diz ele, “a estória como uma narrativa de acontecimentos dispostos em uma seqüência no tempo. Um enredo é também uma narrativa de acontecimentos, cuja ênfase recai sobre a causalidade. ‘O rei morreu e depois a rainha’ – isto é uma estória. ‘Morreu o rei e depois a rainha morreu de pesar’ é um enredo. (FORSTER, 1974, p. 18)

Mesmo tendo a consciência de que os textos ficcionais e reais as vezes se tocam e se distanciam, sempre serão interdependentes. É absolutamente possível que os fatos históricos existam e não guardem qualquer relação com a arte literária. Como também é razoável que as obras literárias não façam qualquer referência a elementos históricos. De modo bastante didático, Gouveia (2011) aponta para a distinção entre os dois mundos: real e ficcional, destacando que: “Assim, por mais que um texto literário remeta para a realidade, os dois jamais atingem um ponto de convergência.”

A proposta do presente artigo é demonstrar que pequenos fragmentos da história (relatos de fatos), explorados criticamente pelo historiador Caio Prado Junior, publicados em 1942, mas resgatando informações do Brasil-Colônia, serviram de residem na obra do escritor Lima Barreto, e como ele soube resgatar esses fragmentos, dando-lhes contornos ficcionais.

4. CONVERGÊNCIAS

Neste capítulo, destacamos alguns pontos coincidentes encontrados nas obras focalizadas. Além de apresentar os elementos comuns, traremos um breve resumo de seu contexto nas obras em estudo – *Triste Fim de Policarpo Quaresma* e *Formação do Brasil Contemporâneo* —, como também abordaremos alguns artifícios utilizados pelo autor ficcional para plasmar a realidade.

Vale destacar que, tanto Lima Barreto, quanto Caio Prado beberam da mesma fonte inspiradora. Destarte, Historiadores como: Pereira da Silva, Handelman, Capistrano de Abreu, Jean de Léry, Saint-Hilaire, Martius, Príncipe de Neuwied, John Mawe e Von Eschwege, são citados nas duas obras. No *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, eram os autores dispostos nas estantes da biblioteca de Policarpo; na *Formação do Brasil Contemporâneo*, serviu de base de pesquisa de Prado Junior, estando em suas referências bibliográficas.

Percebe-se, nitidamente, que ficção e realidade caminharam juntos nessas duas obras. Vejamos, então, outros pontos.

4.1. Nossas autoridades

O trecho a seguir, foi retirado do livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, no capítulo “Vida Material”, subtópico “Grande Lavoura”. O excerto faz referência a

uma baixa produtividade material e níveis pífios de educação e cultura, decorrentes de um sistema de exploração brutal patrocinado pela coroa, no qual relegava aos colonizados uma melhora em seu nível intelectual e em decorrência todo o seu desenvolvimento. Assim, não havia interesse das autoridades locais em promover alteração no estado das coisas:

[...] pesava uma administração mesquinha, coisa unicamente dos rendimentos do fisco e dos particulares desta chusma de burocratas incapazes e pouco escrupulosos que a metrópole nos remetia para este lado do Atlântico. (PRADO JUNIOR, 1979. p.140).

De outra banda, temos a parte destacada, relativa ao correlato na ficção.

Naqueles tempos, toda a gente tinha medo de tratar com **autoridades**. Havia tanta má vontade com os estrangeiros, tanta arrogância nos funcionários que ele não se animava a ir obter o documento, temendo que uma palavra, que um olhar, que um gesto, interpretados por qualquer **funcionário zeloso e dedicado**, não o levassem a sofrer maus quartos de hora. (BARRETO, 1997, p. 154, **grifo nosso**).

A fim de contextualizarmos a parte acima destacada, traremos em questão a visão ácida do escritor fluminense. Trata-se de Vicente Coleoni, compadre de Policarpo Quaresma que, em meio ao episódio da Revolta da Armada, tem a pretensão de voltar a seu país de origem (cf. SOUZA, 2021). No entanto, a personagem tem verdadeiro receio em tratar com as “autoridades públicas”. Segundo o narrador, bastava um olhar ou uma palavra mal colocada que poderia ensejar na prisão do requerente.

Claro está que o escritor se utiliza de um acontecimento da realidade, e por meio de artifícios linguísticos dá-lhe contornos ficcionais. Mais do que isso, denuncia as mazelas de uma casta de servidores públicos que, se arrastando por anos, permanecem a prestar um serviço de baixa qualidade e de feições autoritárias. Diferentemente da informação trazida por Prado Junior, Lima Barreto, por meio da ironia, mostra-nos um dos verdadeiros entraves ao desenvolvimento do país (nossas autoridades). Quando o narrador faz elogios a determinados servidores, utilizando os vocábulos “zeloso” e “dedicado”, utiliza-se de ironia para expor um serviço público deficiente e autoritário, pois, a bem da verdade, nenhum funcionário zeloso e delicado se prestaria a agir, deliberadamente, contra os administrados. Nesse sentido, robustece a temática a professora Cinthia Cecato:

Apontou como usavam dos cargos públicos para a realização de seus sonhos pessoais de poder e de fortuna, não raro, nomeando pessoas, criando cargos e distribuindo empregos, ordenados, promoções e

gratificações, e outros atropelamentos das regras de conduta do funcionalismo feitos em nome da causa. (SILVA, 2010. p. 118)

Com sua literatura militante, Lima Barreto, assim como Caio Prado Junior, tentava revelar, por meio de suas obras, as agruras de um país desigual, sempre alvo do arbítrio dos poderosos e relegando o acesso a informação e cultura às classes menos favorecidas. Desse modo, tornando-as vulneráveis, tanto social como economicamente.

Frise-se, por fim, que os elementos constantes nas obras eram fatos e pessoas de seu mundo real suburbano. De nada adiantaria criar situações fantasiosas e imaginárias, se essas fossem de difícil acesso a uma população de baixo nível educacional, cultural e econômico. Para Martha (1992) o *Triste Fim de Policarpo Quaresma* deixa clara a intenção do autor de, com base na estrutura social interna, deformar suas feições e propiciar um elemento de reflexão para a própria sociedade.

No mesmo sentido advoga Carlos Nejar, afirmando que a base criativa do escritor fluminense residia na 'alta sociedade suburbana', de onde derivam quase todas as situações criativas, assim proclamando:

Sabia como poucos entender a alma dos marginalizados, os esquecidos da sociedade, os párias. E é um dos mais duros críticos do pedantismo, das mazelas sociais, dos potentados, do mundanismo triunfal da burguesia, dos cortiços celebrados por Aluísio Azevedo, detestando o futebol, pelo mesmo motivo que Borges o menospreza e muitos intelectuais vêem o quanto é valorizado pelo poder e pelo público, em troca da pouca valia à cultura e ao engenho. (NEJAR, 2007, p. 101).

A nossa sociedade tem enfrentado verdadeiros desafios para manter-se como tal. Desde o tempo do Brasil-Colônia, como no começo da República, até os dias atuais, a nação brasileira tem sofrido consideráveis desajustes em suas relações. Será que esses fatores guardam relação com a formação do nosso povo? Então, vejamos o tópico seguinte.

4.2. Nossas raízes

[...] o que se verifica é que os meios de vida, para os destituídos de recursos materiais, são na colônia escassos. Abre-se assim um vácuo imenso entre os extremos da escala social: os senhores e os escravos; a pequena minoria dos primeiros e a multidão dos últimos. Aqueles dois grupos são os dos bem classificados da hierarquia e na estrutura social da colônia: os primeiros serão os dirigentes da colonização nos seus vários

setores; os outros a massa trabalhadora. Entre estas duas categorias nitidamente definidas e entrosadas na obra da colonização comprime-se o número, que vai avultando com o tempo, dos desclassificados, dos inúteis e inadaptados; indivíduos de ocupações mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma. (PRADO JUNIOR, 1979. p. 281).

O trecho faz-nos refletir acerca de onde deriva tanta desigualdade no seio da nossa sociedade. Percebe-se que, em uma análise temporal, pouca coisa mudou, veja-se como exemplo o exército de vendedores ambulantes, flanelinhas e limpadores de para-brisas que perambulam pelos grandes centros urbanos. O trecho em questão parece nos revelar exatamente a não evolução social do povo brasileiro, do tempo de Brasil Colônia, Começo de República relatado no Policarpo Quaresma e o Brasil contemporâneo. Prado Junior destaca que um dos problemas cruciais do não desenvolvimento da nação brasileira é a escravidão, que de modo geral, força os indivíduos para situações extremas como a ociosidade e o crime.

Cabe aqui uma observação: Diferentemente do que ocorreu com a colonização inglesa na América, cuja intenção era povoar, a formação do povo brasileiro – o branco europeu, o negro africano e os nativos —, teve como principal mote a exploração. Destaca-se, de antemão, o olhar crítico do autor em relação a formação do nosso povo. Na visão dele o formato como se originou nossa população pouco contribuiu para o surgimento de uma pátria próspera ou coisa nesse sentido, assim destacamos:

[...] o primeiro traço que é de esperar, e que de fato não falhará à expectativa, é a ausência do *nexo moral*. Raças e indivíduos mal se unem, não se fundem num todo coeso: justapondo-se antes uns aos outros; constituem-se unidades e grupos incoerentes que apenas coexistem e se tocam. (PRADO JUNIOR, 1979, p. 341).

Assim, percebe-se nitidamente, o quão complexo é a nossa formação populacional. São interesses antagônicos que sempre estão em rota de colisão e que dificilmente poderá mudar. Se por um lado havia a exploração dos brancos europeus, havia também uma massa de desvalidos negros que vinham de diversas tribos africanas. Acrescente-se ainda, a não subjugação dos povos nativos para atender aos anseios da metrópole. Tanto na ficção quanto na realidade vemos os desafios de uma sociedade em busca da prosperidade.

Na contextualização da obra ficcional, teremos o seguinte excerto:

[...] Brancos, pretos, mulatos, caboclos, gente de todas as cores e todos os sentimentos, gente que se tinha metido em tal aventura pelo **hábito de obedecer**, gente inteiramente estranha à questão em debate, gente arrancada à força aos lares ou à calaçaria da ruas, pequeninos, tenros, ou que se haviam alistado por miséria; gente ignara, simples, às vezes cruel e perversa como crianças inconscientes; às vezes, boa e dócil como um cordeiro, mas enfim, gente sem **responsabilidade**, sem anseio político, sem vontade própria, simples autômatos nas mãos dos chefes e superiores que a tinha abandonado à mercê do vencedor.” (BARRETO. 1997. p. 171-172, **grifos nossos**).

Com intuito de estabelecer uma relação de semelhança entre o texto histórico e o ficcional, podemos perceber que Lima Barreto, talvez se utilizando da mesma fonte de Prado Junior, traz por meio de sua obra em estudo uma pequena mostra do que são as personagens formadoras de nossa sociedade. Veja-se que o ‘hábito de obedecer’, no texto destacado, guarda relação direta com a nossa formação escravocrata, ou seja, temos o hábito de obedecer, pois esse nos foi legado pelos nossos ancestrais africanos.

O trecho em destaque faz parte do capítulo IV “O boqueirão”. Narra, dentre outras coisas, o fim do conflito entre as forças republicanas representadas pelos “florianistas” e os insurgentes “monarquistas”. Quaresma passa a ser o carcereiro dos vencidos e reflete sobre sua situação e a dos amotinados. Sente certo arrependimento por ter participado do movimento e a decepção de não ter encontrado nenhuma altivez nas autoridades. Além disso, descreve, de maneira icônica, todas as figuras que foram cooptadas a participar da revolta. E, em forma de denúncia velada, aponta: “*gente de todas as cores...*”; “*gente arrancada a força aos lares...*”; “*...sem vontade própria...*” e “*...simples autômatos nas mãos dos chefes e superiores...*”.

As narrativas de viajantes ocorridas durante o Brasil Império apontam para um conhecimento sobre as relações existentes entre o branco e o negro escravo. Relatos como os de Koster, August Saint-Hilaire e Couty são bases para os estudos da professora Cristina Galvão, em sua dissertação de mestrado da Universidade Estadual de Campinas, que os tens como suporte legítimo dos posteriores intérpretes do Brasil, muito além de suas concepções políticas. Para conformação da visão sobre a escravidão no Brasil, a professora traz a narrativa de Henry Koster em face da relação do senhor de engenho com escravo (cf. GASPAR, 2021), assim dispendo:

Que os escravos tenham geralmente dedicação pelos seus senhores, não devermos esperar. E por que a teriam eles? O contacto entre essas duas espécies humanas não é uma conexão de amor e de harmonia, de bondade que produz o reconhecimento, a estima e o respeito. É um intercâmbio de ódio e de discórdia, de aflição e de desconfiança ininterrupta. É um comércio onde o mal é tamanho que se existe sentimento entre os que têm, de um lado, todos os benefícios, e do outro, todas as amarguras, essa virtude provirá da natureza pessoal e não da organização da escravaria. Vimos, pelo que tive ocasião de escrever, que o tratamento dos escravos nessas regiões do Brasil é muito mais favorável que o das Antilhas. Mas são escravos, e essa palavra inclui a grande miséria, a grande degradação e o grande infortúnio. (KOSTER *apud* GALVÃO, p. 107)

Percebemos, afinal, o quão difícil foi nossa formação. Se por uma lado tínhamos o senhor de engenho como todas as benesses materiais que o dinheiro pode proporcionar, do outro tínhamos os escravos que eram sempre tratados como animal ou coisa, apesar da mitigação descrita, em relação aos escravizados pelos povos ingleses.

4.3. A necessidade de uma justiça justa

Parece óbvio o afirmar, mas não há qualquer desenvolvimento possível em um país cuja justiça não funcione. As relações humanas são bastante complexas e por isso necessitam de um suporte jurídico-estatal imparcial que faça o contrapeso dessas relações. No estado natural proposto por Hobbes (cf. CABRAL, 2021), prevaleceria a lei do mais forte. Porém, no estado contratualista (cf. PORFIRIO, 2021), elegemos uma entidade chamada Estado que nos deve propiciar um equilíbrio entre o querer de um indivíduo e o poder do outro. Nesse estado de concessão mútua, cedemos um pouco de nossa individualidade em detrimento, em tese, do bem maior comum, que seria a sociedade.

A fim de atender às diversas necessidades inerentes aos seres humanos e devido à escassez de bens materiais suficientes para suprir essas demandas, não raro, surgem os conflitos de interesses entre os indivíduos. E, na busca por solucionar os problemas que se assomam, busca-se supedâneo em um órgão estatal, competente para a dirimir as controvérsias existentes ou as prementes de existência. No caso em questão: o poder judiciário.

Aqui, neste ponto, são retratadas duas situações extraídas das obras em análise. Em primeiro plano, no campo da existência, apontaremos as observações feitas por Caio Prado Junior em relação ao modelo de justiça a que eram submetidos os colonos nacionais. Os relatos do historiador paulista reforçam a tese

de uma administração colonial ineficiente, repleta de pessoas incapacitadas para exercer funções técnicas. E essas mesmas pessoas eram encarregadas de exercerem, simultaneamente, os cargos de burocratas, juristas e juízes. Em face do preâmbulo, destacamos:

Justiça cara, morosa e complicada; inacessível mesmo à grande maioria da população. Os juízes escasseavam, grande parte deles não passava de juízes leigos e incompetentes; os processos iniciados aí, subiam para sucessivos graus de recurso: Ouvidor, Relação, Suplicação de Lisboa, às vezes até a Mesa do Desembargo do Paço, arrastando-se sem solução por dezenas de anos.” (PRADO JUNIOR. 1979, p. 333-334).

Conforme disposto acima, pode-se perceber que a justiça não funcionava, pois, além de difícil acesso por ser cara, era composta por pessoas sem capacidade para assumir tão nobre função. Sem contar com o sem-número de procedimentos e expedientes que, indo e voltando para a metrópole, não atendiam aos anseios da população da época.

Isto posto, passemos a reflexão da proposição análoga, em sua função ficcional proposta por Lima Barreto. Conta o narrador que em certa ocasião o contra-almirante Caldas, quando ainda no posto de capitão-tenente, recebera a missão de embarcar no couraçado ‘Lima Barros’. Existindo ou não tal embarcação, Caldas começou uma verdadeira odisséia para efetivar sua missão, percorrendo os quatro cantos do país. Após idas e vindas, sem a concretização de seu feito, finalmente foi preso, processado e absolvido, pois procurava, não se sabe o porquê, embarcar em um navio que havia sido naufragado durante a guerra do Paraguai. Desse momento em diante, passou a ser desprestigiado pelos seus pares e superiores, e, como forma de vingança, se arvorou de toda espécie de legislação para que se fossem feitas justiça ao seu caso.

Vejamos que, aqui, Lima Barreto fará uso de sua sagacidade e observação para transformar uma situação que poderia ter ocorrido no mundo real e o faz de maneira suavizada, satírica e denunciadora dos fatos relacionados a administração pública, e o seu excesso burocrático – quando não informou com precisão ao oficial os meios, condições e mecanismos para a realização da missão. Revela também, logo adiante, todas as espécies de seres que se deparara o contra-almirante quando tenta buscar justiça para o seu caso.

[...] Ultimamente constituíra advogado junto à justiça federal e lá andava ele de cartório em cartório, acotovelando-se com meirinhos, escrivães, juízes e

advogados – esse povilêu rebarbativo do foro que parece ter contraído todas as misérias que lhe passam pelas mãos e pelos olhos. (BARRETO, 1997, p. 46).

Para bem focalizar o papel do Almirante Caldas, como também situar a personagem no âmbito criativo do escritor, colacionamos o seguinte excerto de Martha (1992), no que diz respeito as características da citada personagem:

A situação do Contra-Almirante Caldas assemelha-se a de Albernaz. Como o general, ele nunca embarcara, a não ser por pouquíssimo tempo durante a Guerra do Paraguai. Sua atividade também é descrita comicamente, uma vez que ele embarca no navio errado, tendo sido preso e submetido a Conselho por isso. A partir desse episódio, sua ocupação era apenas estudar leis, alvarás e ofícios que se referissem a promoções oficiais, com o intuito de embasar os requerimentos que enviava às autoridades, procurando reverter sua situação de desgraça nos meios militares. (MARTHA, 1992, p. 121.)

Diante da exposição, fato e ficção, percebe-se que, em lapsos temporais relativamente distantes, a prestação da atividade jurisdicional não apresentava significativa mudança. Se por um lado, tinha-se uma justiça cara e demorada, vislumbrada na obra de Caio Prado, Por outro lado, Lima Barreto denuncia, por meio da atividade ficcional, os servidores dos foros, cuja comparação explicitada: *povilêu rebarbativo*, demonstrara, ainda, grandes empecilhos de acesso a uma justiça justa.

4.4. Uma sociedade de párias

No livro *Os Bestializados*, José Murilo de Carvalho, traz questões bastantes reveladoras em relação ao tema: ao abordar a temática dos grandes desafios do início da República do Brasil. A falta de unidade de pensamentos e vontades em torno das problemáticas na sociedade brasileira era percebida por observadores nacionais, como Aristides Lobo (cf. PINTO, 2021), e estrangeiros, como o francês Louis Couty (cf. STAHL, 2021). As percepções dos observadores dão conta de uma sociedade de párias. De modo geral, havia uma população apática, desinteressada, e que pouco se envolvia com questões relevantes da sociedade. Ressalte-se que Louis Couty foi um dos escritores consultados pelo historiador Caio Prado Junior, em sua obra *Formação do Brasil Contemporâneo*.

Caio Prado destaca, em suas observações, que o negro nunca foi protegido por qualquer regime que tenha sido estabelecido em nossa sociedade. Tanto no Brasil Império, quanto na República sua sorte não foi alterada, constituindo relevante contingente de miseráveis. Nesse sentido, como suporte historiográfico, destacamos:

O negro não teve no Brasil a proteção de ninguém. Verdadeiro “pária” social, nenhum gesto se esboçou em seu favor [...] O que pesou muito mais na formação brasileira é o baixo nível destas massas escravizadas que construirão a imensa maioria da população do país. (PRADO JUNIOR, 1979, p. 275-276)

Na linha proposta por Carvalho, podemos perceber que o Brasil de outrora, de começo da República, era possuidor de uma sociedade altamente dividida. Não havia qualquer interesse político de suas camaradas sociais. As pessoas que demonstravam algum interesse em participar das atividades político-partidárias, estavam ligadas, de algum modo, aos grupos políticos já existentes, conforme podemos verificar na proposição a seguir:

No Brasil não havia povo político, não havia cidadãos, nem mesmo na capital do país. A política era, na melhor das hipóteses, assunto dos estados-maiores das classes dominantes. Na pior, produto das rivalidades de chefes militares, entrando o povo apenas fortuitamente como massa de manobra. (CARVALHO, 1987, p. 68)

Para corroborar todo o arcabouço de nossa pesquisa, cabe, aqui, especial atenção à dissertação de mestrado da professora Cristina Galvão, em que traz à tona o relato dos viajantes do Brasil nos idos do Brasil Colônia, sobretudo, no que diz respeito à escravidão. As narrativas propostas são uma verdadeira epopeia do conhecimento.

De acordo com a citada pesquisa, as obras de Saint-Hilaire constituem verdadeiros tesouros de nossa sociedade, uma vez que se trata de relatos com alto grau de fidedignidade e riquíssimos em detalhes. Além disso, e corroborando com os pontos coincidentes entre Caio Prado Junior e Lima Barreto, esses relatos, ao menos o seu autor, é descrito por ambas as obras. Para se ter uma ideia de suas observações, destacamos o seguinte excerto:

[...] parei em casa de uma negra velha, cuja choupana, situada no meio da mata, era apertadíssima. Minha hospedeira estava livre e havia sido libertada por seu dono quando apresentou sinais de decadência. É um hábito comum neste país libertar os escravos quando não servem mais para o trabalho. Mas, é preciso notar que esse sistema é péssimo. Se o negro liberto está velho não terá meio de preservar sua indigência e ao desprezo que há por sua cor, juntar-se-á ainda o que inspiram os doentes, a velhice e a miséria. Se, ao contrário, a alforria é concedida a um jovem que seja preguiçoso e sem inteligência, sem ter aprendido nenhum ofício, ele tornar-se-á vagabundo ou mesmo ladrão e assassino. No tempo em que estive no Brasil a maioria dos negros condenados por crimes no Rio de Janeiro era constituída de libertos. (SAINT-HILAIRE apud GALVÃO, 2001, p. 120)

Percebe-se no relato de Saint-Hilaire o cerne de nossa sociedade de párias. Os negros, quando não mais serviam ao trabalho, eram abandonados à mercê da própria sorte ou da piedade alheia. Os mais jovens, geralmente sem instrução, eram entregues ao ócio e ao crime. Dessa maneira, verifica-se que são coincidentes os relatos de Caio Prado Junior e do viajante francês, dando conta, de modo geral, do abandono material e intelectual dos povos que foram aqui escravizados.

O trecho a seguir dá conta do seu correlato – sociedade de párias-, no seu aspecto ficcional. Faz parte do capítulo IV, da segunda parte: “Peço energia, sigo já”. As questões agrárias são colocadas em discussão. Para Lima Barreto (ou Quaresma), um dos grandes embaraços para o desenvolvimento da sociedade brasileira, residia na falta de solidariedade de seu povo. O autor/narrador não conseguia compreender por que as pessoas não se uniam para combater as diversidades, superar as dificuldades, crescer juntos. Viviam isolados no seu mundo miserável e aceitavam essa condição de forma natural.

Via o major com tristeza não existir naquela gente humilde sentimento de solidariedade, de apoio mútuo. Não se associavam para coisa alguma e viviam separados, isolados, em famílias geralmente irregulares, sem sentir a necessidade de união para o trabalho da terra. (BARRETO, 1997, p. 107).

Não se sabe ao certo, mas é provável que os relatos dos viajantes, em especial o de August Saint-Hilaire, tenham influenciado na construção ficcional de Lima Barreto, sobretudo no *Triste Fim...* O que se pode inferir dos elementos aqui apontados é que o brasileiro, via de regra, é individualista, e isso tende a atrapalhar o desenvolvimento social.

A sociedade de párias apontada por Caio Prado Junior e Lima Barreto nos revela um fator preocupante: a baixa adesão do povo nas decisões políticas tem afetado, consideravelmente, o desenvolvimento do país. Em que pese as obras serem concretizadas em momentos temporais distintos, elas apontam caminhos relativamente seguros para uma reformulação de pensamentos e uma mudança de atitudes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sempre ouvimos dizer que grandes desafios requerem grandes reflexões. Os problemas atuais são, muitas vezes, consequências de nossas escolhas pretéritas, e é por isso que devemos estar o tempo todo conectado ao mundo que está em nossa volta. De olho no passado para melhor planejamento do futuro. Um dos grandes desafios foi a elaboração do presente artigo.

Como proposta do Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Letras da UFRPE, a construção deste trabalho foi desafiadora, sobretudo em momento que vivemos o segundo ano da pandemia causada pelo novo coronavírus. Isso porque nossas fontes ficaram limitadas aos poucos livros teóricos que tínhamos acesso e algumas dissertações de mestrado ou teses de doutorado defendidas, encontradas na rede mundial de computadores.

O presente artigo se propôs uma reflexão sobre o passado, tendo como alvo de análise, a nosso ver, dois ícones em suas áreas de atuação: Caio Prado Junior e Lima Barreto.

Verificamos nas obras sob análise — *Triste Fim de Policarpo Quaresma* e *Formação do Brasil Contemporâneo* — que muitas questões levantadas e apontadas neste artigo, possuem traços de similitude com as narrativas de viajantes, o que sugere uma investigação mais aprofundada sobre o tema.

Àqueles que cultuarem um olhar mais histórico perceberá, mesmo que de modo superficial, o quão é importante a visão do historiador paulista em suas minudências factuais, trazendo a lume grande questões do nosso Brasil em formação, sobretudo no campo da militância política. Tendo, no caso, uma visão monocromática dos eventos.

De outra senda, teremos o olhar arguto e a perspicácia de Lima Barreto, em sua maestria em apresentar com muito bom humor e ironia outra parte da história, o que não foram contados nos livros: o início da nossa República. Ofertando-nos seu olhar policromático.

Os autores buscam no passado explicações para suas demandas e suas críticas. O escritor carioca perscruta todo ser humano, sobretudo, o suburbano para, por meio de sua literatura, denunciar os falsos mitos que vez por outra aparecem em nossa combatida história. O paulista desencadeia várias temáticas sociais que circunscrevem a formação da nossa sociedade. Ambos, cada um em sua área de atuação, tentaram alertar as futuras gerações.

Apesar de revelar-nos o lado obscuro dos homens de poder, Lima Barreto fez com que nós não perdêssemos a fé no futuro. Esperançosos ficaremos. Que apareçam mais Quaresmas políticos, médicos, policiais, professores. “Esperemos mais...”

6. REFERÊNCIAS

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. 17.ed. São Paulo: Ática, 1997.

CABRAL, João Francisco Pereira. *Hobbes e o estado de natureza*; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/hobbes-estado-natureza.htm>. Acesso em 09 Jun. 2021.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. 9.ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHARTIER, Roger. A Verdade entre a ficção e a história. In: SALOMON, Marlon (org.). *História, Verdade e Tempo*. Chapecó, SC: Argos, 2011 (versão em PDF).

DIAS, Carmen Lydia de Souza, Quaresma/Ressurreição. In: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. 17. ed. São Paulo: Ática, 1997.

FARACO, Carlos. Lima Barreto: uma literatura afiada. In: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. 17. ed. São Paulo: Ática, 1997.

FERNANDES, Cláudio. “*Intentona Comunista*”; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/intentona-comunista.htm>. Acesso em 25 Jun. 2021.

FORSTER, Edward Morgan. *Aspectos do Romance*. 2. ed. Tradução de Maria Helena Martins. Porto Alegre: Globo, 1974.

GALVÃO, Cristina Carrijo. *A Escravidão Compartilhada: os relatos de viajantes e os intérpretes da sociedade brasileira*. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP. 2001. (versão em PDF).

GASPAR, Lúcia. Henry Koster. *Pesquisa Escolar Online*. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso em 15 Jun. 2021.

GOUVEIA, Arturo. *Teoria da Literatura: fundamentos sobre a natureza da literatura e das categorias narrativas*. João Pessoa, editora da UFPB, 2011. (Coleção Todas as Letras, v. 3).

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa*. 2. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

MARTHA, Alice Áurea Penteado. *Policarpo Quaresma: a história carnavalizada*. São Paulo; Revista de Letras – UNESP, 1992. V. 32 – Pág. 119-125 (versão em PDF)

MELLO, Isabele Matos Pereira. *Instâncias de Poder e Justiça: os primeiros Tribunais da Relação* (Bahia, Rio de Janeiro e Maranhão). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/qY9Szz5dnc3thLWG4KGrXVF/?lang=pt>. Acesso em: 22 Jun 2021.

NEJAR, Carlos. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

OAKLEY, R.J. *Lima Barreto e o Destino da Literatura*. São Paulo: UNESP, 2011.

PINTO, Surama Conde Sá. *LOBO, Aristides*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br>. Acesso em 25 Jun. 2021.

PORFIRIO, Francisco. *Contratualismo*. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/contratualismo.htm>. Acesso em 09 Jun. 2021.

PRADO JUNIOR, Caio da Silva. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

SANTANA, Miriam Ilza. *Caio Prado Junior*. [201-]. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/biografias/caio-prado-junior>>. Acesso em: 30 Jul. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Acervo Histórico: Perfil Biográfico*. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo [s.d]. Disponível em:< <https://app.al.sp.gov.br/acervohistorico/exposicoes/parlamentares-paulistas/caio-prado-junior/perfil-biografico/>>. Acesso em: 30 Jul. 2020.

SILVA, Cinthia Mara Cecato da. *Entre o pranto e a mofa, a pátria idolatrada em Triste Fim de Policarpo Quaresma, de Lima Barreto: sob a égide do arrivismo, a nação em seu rolar de Sísifo*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. Espírito Santo, p. 150. 2010 (versão em PDF)

SOUZA, Rainer Gonçalves. *“Revolta da Armada”*. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/revolta-armada.htm>. Acesso em 01 jun. 2021.

STAHL, Moisés. *Louis Couty, lugares e saberes na busca de um povo no Império de Brasil*. Disponível em: <https://encontro2014.rj.anpuh.org>. Acesso em 25 Jun. 2021.